

Diário do Legislativo de 17/07/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Audiência Pública Regional

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DE 1997 DA 13ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, REALIZADA EM VESPASIANO, NO DIA 26 DE JUNHO DE 1997, DESTINADA A OUVIR O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE ORGANIZADA DA REGIÃO CENTRAL II, QUE COMPREENDE A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

1ª Parte

Às nove horas do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e noventa e sete, no Auditório do Palácio das Artes, em Vespasiano, comparecem os Deputados Romeu Queiroz, Alberto Pinto Coelho, Álvaro Antônio, Baldonado Napoleão, Durval Ângelo, Irani Barbosa, Ivair Nogueira, João Leite, Marcelo Gonçalves e Ronaldo Vasconcelos. O Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, declara aberta a audiência e convida a tomarem assento à mesa os Srs. Carlos Murta, Prefeito Municipal de Vespasiano; Clésio Múcio Drumond, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano; Márcio Kangussu, Secretário Adjunto de Assuntos Municipais, e Maria Luíza Campos Machado Leal, da Secretaria de Estado do Planejamento, representantes do Poder Executivo; Vicente de Oliveira Silva, Diretor do Foro da Comarca de Vespasiano, representante do Poder Judiciário; João Bosco Murta Lages, Presidente do Tribunal de Contas e representante desse órgão; Vítor Penido, Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - GRANBEL -, e Paulo Telles, Coordenador da Região Administrativa Central. Ato contínuo, o Sr. Presidente profere o seu discurso, presta esclarecimentos acerca da dinâmica dos trabalhos da audiência e procede à abertura das inscrições de candidatos a membro da Comissão Regional de Representação. A seguir, fazem suas exposições os representantes dos Poderes Executivo e Judiciário e do Tribunal de Contas, o Prefeito Municipal de Vespasiano e o Coordenador da Região Administrativa Central. Na sequência, o Sr. Presidente procede à assinatura de convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal de Vespasiano, objetivando a interligação desse município ao Sistema Assembléia On Line. Nesse passo, o Sr. Presidente faz sorteio de uma ambulância cedida pelo Centro Integrado de Desenvolvimento Social - CIDS -, sendo contemplado o Município de Esmeraldas. Em seguida, o Sr. Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Baldonado Napoleão, que procede aos esclarecimentos acerca da dinâmica dos trabalhos dessa fase da audiência. Após questões de ordem dos Prefeitos de Betim, Jésus Mário Lima; de Ibirité, Márcio Flávio Baumgratz Grossi, e de Lagoa Santa, Genesco Aparecido de Oliveira Júnior; dos Deputados Durval Ângelo e Ivair Nogueira; do Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano, Clésio Múcio Drumond, e do representante de Pedro Leopoldo, Juscelino Luiz Ribeiro, todas prontamente respondidas pelo coordenador, a palavra é concedida aos representantes dos municípios para apresentação e defesa das propostas. Isso posto, fazem suas exposições os representantes dos Municípios de Belo Horizonte, Ibirité, Mateus Leme, Sabará, Vespasiano, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Caeté, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Confins, Esmeraldas, Igarapé, Sarzedo, São José da Lapa, Contagem e Raposos. Fazem uso da palavra, também, os Deputados Ivair Nogueira, João Leite, Marcelo Gonçalves, Irani Barbosa, Álvaro Antônio, Alberto Pinto Coelho e Ronaldo Vasconcelos. Ato contínuo, o coordenador informa aos participantes que está encerrado o prazo para inscrição de candidatos a membro da Comissão Regional de Representação e encerra a reunião, convidando os participantes para a 2ª Parte da audiência, logo mais, às quatorze horas e trinta minutos, destinada às negociações entre os representantes dos municípios sobre as propostas a serem priorizadas, à eleição da Comissão Regional de Representação, à entrega, à defesa e à votação dos blocos de propostas e à divulgação do resultado da eleição da Comissão Regional de Representação. Levanta-se a reunião.

2ª Parte

Às 14h30min do dia 26/6/97, no Auditório do Palácio das Artes, em Vespasiano, o coordenador, Deputado Baldonado Napoleão, declara aberta a 2ª Parte da audiência e convida a tomar assento à mesa o Sr. Lúcio Soares, Vice-Prefeito de Vespasiano. A seguir, presta esclarecimentos acerca da dinâmica dos trabalhos desta parte da audiência, divulga a relação dos candidatos inscritos para membro da Comissão Regional de Representação e procede à abertura do prazo para eleição da referida comissão. Isso posto, o coordenador suspende a reunião para as negociações entre os representantes dos municípios sobre as propostas a serem priorizadas. Findo o prazo para as negociações, os representantes dos municípios procedem à entrega dos blocos de propostas e fazem sua inscrição para defesa dos referidos blocos. Fazem suas exposições a Sra. Maria Aparecida Braga e o Sr. Luiz Alberto Ribeiro, defendendo o Bloco de Propostas nº 1, e o Sr. Genesco Aparecido de Oliveira Júnior, defendendo o Bloco de Propostas nº 2. Na sequência, passa-se à votação final dos blocos de propostas. Apurados os votos, constata-se a aprovação do seguinte bloco de propostas, com 77 votos: divisão dos recursos, no valor de R\$3.000.000,00, por 22 municípios, priorizando-se o emprego do montante destinado a cada um, no valor de R\$ 136.363,00, em uma das 5 propostas votadas nas audiências públicas municipais. Concluída esta fase, o coordenador procede à proclamação do resultado da eleição dos membros da Comissão Regional de Representação, tendo sido eleitos os Srs. José Pedro Alves, Prefeito Municipal de Sarzedo; Isabel Regina S. Pereira, representante do Município de São José da Lapa; Ricardo Antônio S. Aguiar, representante do Município de Vespasiano; Nilson Jorge M. Assumpção, representante do Município de Ribeirão das Neves, e Modestino Newton Fernandes, representante do Município de Caeté. Na sequência, o coordenador faz seu

pronunciamento, ressaltando os mais recentes projetos desenvolvidos pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, agradece a participação das autoridades e dos representantes dos municípios, a acolhida do Prefeito Municipal, do Presidente da Câmara e de toda a comunidade local, parabeniza a todos pelo êxito do evento e declara encerrada a 11ª Audiência Pública Regional de 1997 da 13ª Legislatura.

Vespasiano, 26 de junho de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Baldonado Napoleão - Durval Ângelo - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Marcelo Gonçalves - Ronaldo Vasconcelos.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

"MENSAGEM Nº 201/97*

Belo Horizonte, 4 de julho de 1997.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido ao exame e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso, alterando a Lei nº 11.966, de 1º de novembro de 1995, que autoriza a realização de operações de crédito para fins que menciona.

A medida consubstanciada na proposta tem em vista ampliar as garantias que o Estado oferece na obtenção de empréstimos a serem contratados com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - e com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento - BID -, com assistência da Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN -, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Os recursos pleiteados serão destinados a custear, entre outros, os projetos que integram o Plano Plurianual de Ação Governamental, os projetos de privatização, a pavimentação de rodovias alimentadoras, além de colaborar na reestruturação da dívida pública estadual.

Para maiores esclarecimentos dos Senhores Deputados, faço juntar a esta a Nota Técnica que me foi encaminhada pela Pasta do Planejamento e Coordenação Geral, responsável pela condução da matéria.

Tratando-se de medida de relevante interesse público, permito-me solicitar a Vossa Excelência seja o projeto de lei apreciado em regime de urgência, a que se refere o artigo 69 da Constituição do Estado.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência a manifestação do meu alto apreço e especial consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

Nota Técnica

O Estado de Minas Gerais vem negociando com o Banco Mundial, devidamente acompanhado pela Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN, do Ministério do Planejamento e Orçamento, empréstimo destinado a cobrir parte dos muitos gastos com o projeto de reforma e modernização da máquina pública.

Trata-se de um projeto que pretende redução das despesas e aumento das receitas, além da melhoria da prestação dos serviços públicos, através da sua descentralização ou transferência da sua prestação para o setor privado, onde for possível.

Nos seus diversos componentes, o Governo do Estado aplicará volume substancial de recursos, conforme consta do seu orçamento anual, computados os esforços da Administração Direta e Indireta, sendo que parcela substancial deste esforço já se concretizou e compreende parte das providências para saneamento dos bancos comerciais, como passo preliminar para transferência de seu controle acionário.

Das demais medidas preconizadas, algumas foram realizadas, sendo mais importantes, por seu reflexo na redução da despesa, os "Programas de Demissão Voluntária," que já propiciam uma razoável economia nos órgãos de origem, e o aumento da contribuição do servidor público para custeio da previdência do funcionalismo.

Além disso, pretende-se a racionalização de compras e contratação de serviços, nos setores de educação e manutenção de rodovias, transferência aos municípios de várias atividades relativas à manutenção da saúde, combate a enfermidades e atendimentos de casos de emergência médica.

Finalmente, ao término de sua implantação, deverá estar configurado o arcabouço operativo institucional (baseado em estudos de consultoria contratados para tal fim) que fornecerá as linhas mestras para orientar a atuação do Governo no que se refere ao fornecimento de gás para a indústria mineira, operação e manutenção de rodovias. Com estas duas providências o Governo espera alcançar o aumento da oferta desse importante insumo para atender às necessidades da industrialização do Estado e dar o passo inicial para a almejada redução dos custos de transportes, melhorando as condições de competitividade da indústria mineira.

O lado da receita será contemplado com diversos programas no sentido de melhor equipar, com moderna tecnologia, os órgãos encarregados do controle da receita e fiscalização fazendária. Está prevista também a recomposição do Quadro de Fiscais a um nível mínimo aceitável, além do treinamento de diversas categorias do corpo de funcionários. Vê-se, portanto, que não se pretende a criação de nenhum encargo adicional para o contribuinte e, sim e somente, a melhoria da eficiência do sistema arrecadador, o que, além de melhorar as receitas, irá propiciar melhores condições na busca da melhor justiça fiscal.

Nesse importante projeto pretende o Governo Mineiro a participação do Banco Mundial, no valor de US\$200 milhões, através de financiamento que terá prazo de 15 (quinze) anos, incluindo 3 (três) anos de carência. Para tanto, tendo em conta a necessidade de se oferecer contra-garantias à União, através de instrumentos adequados e obedecida a legislação vigente, é preciso que seja dada nova redação aos artigos 1º e 3º da Lei Estadual nº 11.966, de 1º de novembro de 1995."

* - Publicado de acordo com o texto original.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.159/97

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Gil Pereira, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Montes Claros, com sede no Município de Montes Claros.

Publicada em 19/4/97, a proposição foi distribuída, para exame preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, em cumprimento das normas regimentais.

Fundamentação

Fundada em 7/11/70, a APAE de Montes Claros tem como objetivo assegurar ao excepcional seus direitos sociais básicos, garantindo-lhe educação especial eficiente. Para tanto, conta com profissionais dedicados à tarefa de integrar essas pessoas na sociedade, buscando capacitá-las da melhor maneira possível para enfrentar o cotidiano.

Em virtude do desprendimento e da nobreza com que realiza o seu trabalho, a entidade merece ser reconhecida de utilidade pública.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.159/97 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 16 de julho de 1997.

Jorge Hannas, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.200/97

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.200/97, da Deputada Maria José Haueisen, pretende declarar de utilidade pública a Cáritas Diocesana de Almenara - CDA -, com sede no Município de Almenara.

O projeto foi encaminhado preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. De acordo com as disposições regimentais, vem agora a esta Comissão para deliberação conclusiva no 1º turno.

Fundamentação

A entidade em tela, de caráter assistencial e sem fins lucrativos, desenvolve programas que buscam assegurar direitos sociais, tais como justiça social, atendimento a pessoas desamparadas, reabilitação de pais, crianças e adolescentes em situação de risco.

Em virtude do sério trabalho realizado pela entidade, consideramos relevante e oportuna a iniciativa de declarar sua utilidade pública.

Conclusão

Mediante o exposto, opinamos pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.200/97 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de julho de 1997.

Jorge Hannas, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.209/97

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Djalma Diniz, o projeto de lei em análise propõe seja declarado de utilidade pública o Movimento Jovem Jeová-Jiré - MOVIJ -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Inicialmente, foi a matéria encaminhada, para exame preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Por sua vez, deve esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a proposição no 1º turno, em obediência ao que dispõe o Regimento Interno.

Fundamentação

O referido Movimento tem por objetivo promover a recuperação física, moral e espiritual de toxicômanos. Para cumprir tal finalidade, mantém a Casa de Recuperação e Centro de Reintegração, onde um corpo de voluntários, mediante o ensino da fé evangélica, esforça-se para melhorar as condições de vida dos seus assistidos. Dessa forma, julgamos oportuno que a entidade seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelos motivos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.209/97 no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 16 de julho de 1997.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.224/97

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ajalmar Silva, o projeto de lei em análise propõe seja declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Guimarães, com sede no Município de Guimarães.

Submetida a matéria, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação, deve esta Comissão, agora, deliberar conclusivamente sobre o projeto no 1º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

A APAE de Guimarães é filiada à Federação Nacional das APAEs, de quem recebe orientação, apoio e supervisão para desenvolver as potencialidades do excepcional. Para tanto, realiza trabalhos que visam à sua reeducação psicomotora e a melhorar a fala e a capacidade de usar a linguagem, abrindo, assim, novos horizontes para ele.

Dedicando-se à educação como fator essencial de integração do excepcional na sociedade, a entidade faz jus à declaração de utilidade pública.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.224/97 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 16 de julho de 1997.

Jorge Hannas, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

276ª reunião ordinária deliberativa

Discursos Proferidos em 2/7/97

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes que esta Assembléia Legislativa entre no seu recesso parlamentar, neste mês de julho, não poderíamos, desta tribuna, deixar de nos manifestar a respeito dos graves acontecimentos que atingiram Minas Gerais nos últimos dias, quando uma manifestação reivindicatória salarial dos policiais militares do Estado, secundada por policiais civis, transformou-se num verdadeiro movimento de rebeldia, que trouxe às ruas de Belo Horizonte esses policiais civis e militares, em acontecimentos que todos puderam acompanhar pela televisão e pela imprensa escrita e falada. Os momentos de tensão vividos pelo Estado de Minas Gerais, com repercussão em todo o País, devem ser vistos hoje com olhos de serenidade e com pensamentos reflexivos, para que lições dessa grave crise possam ser tiradas.

Estávamos aqui, nesta Assembléia Legislativa, na última sexta-feira, quando se debatia a importante Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a nova lei que traz novos rumos para a educação nacional, e, em dado momento de sua fala, o Secretário Adjunto da Educação, João Batista dos Mares Guia, pediu ao Plenário que o ouvisse, naquele momento, como um cidadão, e não mais como Secretário de Estado da Educação ou como representante do Governador do Estado.

Naquela hora, o Secretário João Batista dos Mares Guia dizia que ele, como cidadão, percebera a rebeldia da Polícia Militar com o mesmo espírito e com a mesma empolgação com que vivera as utopias dos anos 60. E, mais do que isso, ele percebera que, na opinião de hostes governamentais, principalmente em nível federal, os acontecimentos de Minas deveriam ser tratados com mais rispidez e com mais dureza e que o Governo de Minas Gerais não devia dar guarida às negociações nem mesmo às reivindicações da Polícia rebelada. E ele, Secretário da Educação, mas falando como cidadão, enaltecia a pureza de espírito, a grandeza de alma e o alto espírito público do Governador Eduardo Azeredo, que, em um momento tão difícil, dispôs-se a negociar. Mesmo tendo havido negociação e tendo ele anunciado, através da mídia e dos canais competentes, um aumento para a Polícia Civil e Militar, encontrou barreiras na aceitação desse aumento. O Governador, diante de novas manifestações, tem a hombridade, a coragem e o desprendimento de governante de entabular novas negociações. E nós, assim como o Secretário João Batista dos Mares Guia, também queremos, neste momento, enaltecer e louvar o Governador do Estado, Eduardo Azeredo, por aquele momento dignificante, quando recebe as lideranças rebeladas ao lado de sua assessoria no Palácio, com a oração de um Pastor Evangélico e com o Pai Nosso entoado pelo Arcebispo Metropolitano, Dom Serafim Fernandes de Araújo. Num momento de rara emoção, num momento de grande simbolismo, autoridades do Governo, lideranças de forças militares rebeladas, assessorias do Governo, participantes da Igreja Católica e de Igrejas Evangélicas se unem, num momento de oração, e pedem aos céus que os inspirem e lhes dêem forças para encontrar o melhor caminho naquele grave e delicado momento da vida mineira e nacional. Quero fazer coro com as palavras do Secretário de Estado João Batista dos Mares Guia, pronunciadas aqui, na Assembléia Legislativa, durante o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na última sexta-feira. E quero parabenizar o Secretário, também, por sua coragem e seu desprendimento, quando pede que lhe seja despida a condição de Secretário, para que, como cidadão, possa se expressar perante um Plenário composto da Mesa Diretora desta Assembléia Legislativa, dos demais Deputados, de educadores deste Estado, para falar como cidadão e se reportar às utopias dos anos 60, das quais ele comungou e pelas quais foi encarcerado durante dois anos e exilado durante três anos. E ele diria que essas utopias de nada valeriam se o Governo de Minas tivesse usado da brutalidade e do autoritarismo para massacrar um movimento que, na verdade, até se confundia com uma insubordinação somente vista durante a Rebelião dos Sargentos, à época em que João Goulart ocupava a Presidência da República.

Queremos aqui, neste momento, mais uma vez, cumprimentar o Secretário da Educação pela lembrança desses fatos num momento tão importante, quando ele falava com autoridades do Estado e com profissionais da educação de toda a Minas Gerais. E ele pôde externar para o Plenário que o ouvia sua condição de sonhador dos movimentos estudantis da década de 60, que via e sentia que a postura do Governador Azeredo lhe causava admiração, porque o Governador realmente cedeu e concedeu; depois de uma atitude tomada, repensa, parte para nova negociação, procura contornar a gravidade dos fatos, negociando e concedendo o aumento reivindicado pelas forças rebeladas, um aumento, talvez, fora das capacidades financeiras do Estado de Minas Gerais e com uma agravante: estaria abrindo precedentes para que outras categorias também assim se colocassem e pudessem futuramente partir para novas manifestações.

Mas, na fala de João Batista dos Mares Guia, endossada neste momento por nós, tanto ele como nós, que lemos grande número de jornais nacionais naqueles dias - e todos eles praticamente eram unânimes em reconhecer que existia um movimento de insubordinação em Minas Gerais, e a maioria dos articulistas pregava o massacre, pregava puramente uma barreira em que o Governo não negociasse com os rebelados - não sentimos que a atitude do Governador do Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, fosse de fraqueza e de capitulação. Sabemos que o Governador poderia apelar - como apelou - para as Forças Armadas do País, para proteção do Palácio dos Despachos, do Palácio da Liberdade e do patrimônio público de Minas Gerais. Mas o Governador não capitulou, não recuou simplesmente pelo medo, pela ameaça, mas pela sua sensibilidade de homem público que reconheceu a carência dos manifestantes, que reconheceu neles a necessidade de pais de família, de leais servidores da segurança pública, de militares comprometidos com a luta pela segurança de Minas Gerais. Dessa Polícia Militar que tem 222 anos de tradição e com a competência e a tradição de ser reconhecida como uma das mais importantes e praticamente das mais incorruptíveis deste País.

O Governador recuou, até capitulou, mas para atender também às necessidades dos militares, sejam militares da Polícia Militar, gloriosa de Minas Gerais, e até da Polícia Civil, além de um abono para os demais servidores, o que também foi estabelecido. Queremos dizer que na maioria do País a imprensa propugnava pelo uso da força contra os manifestantes,

atitude essa com que o Governador de Minas não pactuou. Neste momento, queremos, de público, desta tribuna da Assembléia Legislativa, reconhecer esse comportamento altruísta do Governador de Minas e reconhecer também a legitimidade da manifestação dos policiais, porque não é possível dar segurança pública para esse Estado vivendo uma situação de arrocho salarial e enfrentando o perigo a todo instante.

Neste momento, queremos trazer nossa palavra de solidariedade com a corporação da Polícia Militar, que perdeu nas manifestações o Cabo Valério de Oliveira. Queremos estender essa nossa solidariedade, os nossos sentimentos de pesar a todos os seus familiares e ter a certeza de que o Cabo Valério, um evangélico, um homem de Deus, naquele momento em que foi atingido por uma bala, pregava a calma e a serenidade nas manifestações. Muito obrigado.

O Deputado Cleuber Carneiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estará aniversariando amanhã, dia 3 de julho, a nossa querida Montes Claros. Símbolo do caldeamento e da fusão de todas as forças da região Norte mineira, os claros montes de Montes Claros se agigantam em Minas, atestando a determinação de uma gente cansada de esperar, mas que sabe resistir e querer. Sem dúvida, e malgrado a situação que vivemos, fora das prioridades, somos hoje uma referência em Minas. Referência não só no setor rural, com agricultura e pecuária respeitadas, mas também com uma industrialização fortalecida, com uma linha de serviços em expansão, tudo direcionado para a melhoria da vida do nosso povo, integrando-se ao desenvolvimento global do Estado. Estamos vivendo uma hora de expectativas favoráveis, incorporando opções novas e estimulando nossas potencialidades: é a fruticultura que expande a fronteira agrícola; é a mineração que redescobre os sonhos de Robério Dias, mostrando riqueza no subsolo dos quatro cantos da região; é a vertente do turismo de negócios que sinaliza um tempo novo; é a incorporação de novas tecnologias à nossa vida econômica, como a irrigação que redime; é o melhor aproveitamento da bacia leiteira; é o novilho precoce que imprime mudança de métodos e costumes; é a reabilitação, para exportação, da mais tradicional e famosa aguardente de qualidade; são os investimentos públicos que se efetivam (ponte sobre o rio São Francisco, em Maria da Cruz, BR-135 - Januária-Montalvânia, Jaíba-Mocambinho, Grão-Mogol-BR-252 e Varzelândia-São João da Ponte, entre outros); é a consciência empresarial renovada; é o MERCOVALE que gera expectativas favoráveis; é a UNIMONTES se universalizando de fato, acendendo faróis em toda a região; é a representação político-parlamentar dinamizada, comprometida, mais autêntica e fortalecida em sua atuação; é o ânimo do povo aumentado.

Tudo isso está sendo capitaneado por Montes Claros, que tem o ônus de ser o carro-chefe da região. É expressando este sentimento de que somos parceiros inseparáveis e navegadores do mesmo barco que saudamos, com alegria, o aniversário de nossa cidade líder.

Parabéns, Montes Claros! A nossa geografia, a nossa sociologia, a nossa história e as nossas raízes nos fazem umbilicalmente ligados, nos tornando irmãos.

Desejamos, isto sim, maior solidariedade em nosso desenvolvimento, que só será efetivo e justo se integral e compartilhado por todos os norte-mineiros. Esse é o trabalho de longo alcance, que só é atingido através dos determinados, dos de têmpera forte e consolidada liderança. E aqui saudamos duplamente Montes Claros, pois esta liderança vigorosa é exercida hoje pelo Prefeito Jairo Ataíde, em quem depositamos confiança, pois é contemporâneo deste tempo novo - tempo de resgate e de crença que haverá de alicerçar nossas fundadas esperanças. Parabéns, Montes Claros!

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Fazemos coro com as palavras de V. Exa., neste momento em que presta essa justa homenagem à nossa querida Montes Claros pela passagem de seus 140 anos de emancipação política. Na verdade, V. Exa., que milita na política mineira há tanto tempo, pode avaliar o quanto o Norte de Minas tem-se desenvolvido graças a essa liderança incontestada da cidade de Montes Claros. A cidade tem crescido, tem passado por várias experiências positivas, na industrialização, na agropecuária e principalmente na evolução política de sua gente. Saúdo a nossa Montes Claros pela passagem de mais um aniversário de emancipação política, fazendo coro, também, com a homenagem que V. Exa. faz ao nosso Prefeito Jairo Ataíde, ex-Deputado Estadual, homem de visão, que tem feito um grande trabalho e devolvido ao povo daquela cidade um pouco da esperança e da política sadia, da política de resultados, da política que o povo de Montes Claros quer e precisa. É necessário que haja, também, a evolução de certas pessoas que fazem política naquela cidade - pessoas que pararam no espaço e no tempo, que só querem denegrir, jogar pedras e usar o povo para os seus encontros políticos. É essa oposição que nós combatemos, que o povo de Montes Claros aboliu, principalmente nas últimas eleições.

Espero que a nossa cidade, com o Jairo, com a nossa representação política, com V. Exa., com o Deputado Gil Pereira, com nossa pessoa, porque fomos eleitos naquela cidade, possa proporcionar ao nosso povo a evolução política que temos realizado em nosso Estado e em nosso País.

Parabéns pelo seu pronunciamento, parabéns, Montes Claros e, principalmente, parabéns ao povo de Montes Claros, pelo desenvolvimento da nossa cidade. Muito obrigado.

O Deputado Cleuber Carneiro - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Carlos Pimenta, que enriquece a nossa fala. Tenho certeza, Deputado Carlos Pimenta, de que esse meu sentimento, que também é seu, retrata o sentimento de toda a bancada do Norte de Minas, que reconhece a liderança de Montes Claros como carro-chefe da nossa região. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo do Estado de Minas Gerais anuncia corte nos gastos públicos, arrocho e revisão no setor de investimentos. Essa posição do Governo, mesmo antes de ser anunciada, já pode ser sentida. Escassez do número de vagas escolares na região Norte de Belo Horizonte e em outras regiões do Estado, precariedade do atendimento de saúde, estradas com piso comprometido são fatores que preocupam todos os mineiros e demonstram a dificuldade financeira do Estado. A bem da verdade, os municípios precisam buscar contenções nos gastos públicos e maior otimização dos serviços essenciais; já virou mania cobrar tudo do Estado.

No caso da saúde, a situação é verdadeiramente caótica, agravada ainda mais na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde, além de haver grande concentração populacional, ocorre o deslocamento de doentes de todo o Estado. Todos disputam vagas hospitalares com os moradores da RMBH.

Entendo a posição do Governo ao falar do arrocho, não entendi a falta de decisões técnicas e políticas que permitirão melhorar as gestões administrativas do Estado.

O Hospital Pronto-Socorro de Venda Nova teve sua construção iniciada há 10 anos. Os recursos aportados foram enormes, e a obra continua inacabada. O bom senso determina a conclusão parcial das obras para atender a emergências da Região Norte Metropolitana: Santa Luzia, Lagoa Santa, Vespasiano, Ribeirão das Neves, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Confins e Venda Nova.

O trânsito congestionado prejudica o acesso para atendimento de urgência no Pronto-Socorro do Hospital João XXIII e no Pronto-Socorro Odilon Behrens.

Na audiência que tive com o Governador, ficou o compromisso da entrega parcial ou da conclusão do Hospital Pronto-Socorro de Venda Nova, até o próximo ano. Não é possível esperar mais. Entretanto, é preciso reavaliar os gastos públicos e repasses na área da saúde.

O atendimento dos postos de saúde está ficando pior a cada dia. Faltam remédios, seringas e atendimento noturno. A concentração de pessoas nos "hospitais-referências" se agrava por falta de atendimento primário. Entretanto, é preciso que o Governo reveja também a situação de hospitais de propriedade do Estado e de municípios que estão na mão da iniciativa privada e que poderiam atender melhor a população se administrados pelo Estado. Me preocupa a ingerência dos recursos da saúde. Hospitais como o São José, o São Judas Tadeu, de propriedade do município ou do Estado, e outros estão nas mãos de pessoas que visam somente aos lucros de recursos públicos.

Quero saber como estão sendo aplicados os recursos da saúde, como funcionam os hospitais construídos e equipados com recursos públicos que estão sendo explorados pela iniciativa privada. A crise da saúde precisa ser explicada. Falta dinheiro, falta honestidade ou falta competência no gerenciamento dos recursos públicos? Quanto se gastou no Pronto-Socorro de Venda Nova até agora? Onde estão os equipamentos do CARDIOMINAS? Quanto foi gasto de recursos naquela obra?

Esta Casa não pode ignorar, Sr. Presidente, que o povo está morrendo por falta de assistência e de ação no setor primário de atendimento. E eu volto a dizer: se não há recursos para gastar é porque algum setor do Governo não está funcionando.

Vou fazer novamente uma das denúncias que já fiz nesta Casa, desta tribuna, por meio de um requerimento da Comissão de Fiscalização de Serviços Públicos. Foi criada por esta Casa, a pedido do Governador do Estado, uma taxa a ser cobrada dos bingos instalados em Minas Gerais. Repito, bingo é casa de vício, é a ante-sala da prostituição, é onde está o tráfico de drogas. O Governo do Estado enviou a esta Casa um projeto de lei criando uma taxa de R\$39.000,00 por mês, para cada casa de bingo aberta no Estado. Isso foi há quase

oito meses. Perguntaria aos Srs. Deputados se sabem quantas casas estão pagando essa quantia para estarem abertas. Apenas um bingo está pagando. Essa taxa está servindo para fazer aporte de recursos ao Governador do Estado ou está servindo de achaque para meia dúzia de funcionários da Secretaria da Fazenda, da Secretaria de Segurança Pública e da Loteria do Estado. Se essa taxa não está sendo paga, esses órgãos têm o poder de fechá-las, como fecharam um bingo na Savassi, no final do ano passado. Por que não fecharam os outros bingos? Essa taxa, votada por essa Casa, foi apenas para servir de instrumento de achaque, repito, a meia dúzia de funcionários desses órgãos, ou realmente o Governo do Estado não está precisando de dinheiro. Quando um Secretário deixa essa situação acontecer em sua secretaria, como aconteceu na Secretaria da Fazenda, na Secretaria de Segurança Pública e na Loteria do Estado de Minas Gerais, duvido da sua honestidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Avisos de Licitação

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 51/97 - Objeto: aquisição de cadeiras e mesas - Licitantes vencedoras: Jobema Indústria e Comércio de Móveis Ltda. (subitem 1.1), Ergoflex Comércio e Indústria Ltda. (subitens 1.2 e 1.4) e Rio Paraná Móveis Ltda. (subitem 1.3).

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Xerox do Brasil Ltda. Objeto: locação de equipamentos de sistema de impressão eletrônica. Objeto deste ADT: 1ª prorrogação e manutenção de preço.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. Objeto: prestação de serviços de equipamentos de informática. Objeto deste termo aditivo: 2ª prorrogação e manutenção do preço. Vigência: de 26/6/97 a 26/6/98.